

A questão da hegemonia e os processos políticos do ocidente em Gramsci

Edilene da Cruz Silva

Como citar: SILVA, E. C. A questão da hegemonia e os processos políticos do ocidente em Gramsci. *In:* DEL ROIO, M. (org.). **Aspectos de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária, 2009. p. 57-74. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-60810-04-8.p57-74>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A questão da hegemonia e os processos políticos do Ocidente em Gramsci

Edilene Cruz¹

1 Introdução

Toda a obra de Antonio Gramsci é perpassada pela questão de fundo da captação das forças sociais em presença na cena política, o problema da identificação das condições sob as quais se desenvolvem ou podem vir a se desenvolver as disputas de hegemonia. Mas foi particularmente nos *Cadernos do cárcere* que ao tratar dessa questão – sob a forma da dinâmica das revoluções burguesas e das possibilidades da revolução socialista – estabeleceu linhas de interpretação das formações sociais do Ocidente que constituíram a base de sua teoria política.

O presente artigo tem como principal objetivo discutir os termos nos quais é possível mapear, no conjunto dos elementos do pensamento de Antonio Gramsci, uma teoria política extremamente pertinente à análise dos fenômenos contemporâneos.

Aventamos a hipótese de que uma vez que a teoria política de Gramsci é indissociável de um projeto de intervenção sobre a realidade, uma melhor compreensão de seus conceitos torna-se possível mediante uma análise processual. Isso é particularmente válido para a questão da hegemonia – a reflexão a respeito das condições para o estabelecimento da direção econômica, política e cultural por parte de uma classe sobre o conjunto da sociedade – a que grande parte dos *Cadernos* é dedicada. Nesse sentido é possível dizer que toda a discussão gramsciana sobre a hegemonia remete ao mapeamento das características assumidas pelas formações e relações sociais. Trata-se, portanto, de demonstrar que a discussão em torno do papel assumido pela sociedade civil e pelo Estado tem ao fundo o interesse de apontar quais são as características sociais predominantes no Ocidente, e, por extensão, as condições de constituição da hegemonia por parte das forças em disputa.

Uma vez que se trata de averiguar a constituição da hegemonia em terrenos concretos, escolhemos acompanhá-la em alguns de seus momentos na Itália e nos EUA – dois casos referidos nos *Cadernos do cárcere* – para definir o espaço e as formas das lutas políticas no Ocidente.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela FFC-Unesp.

2 O problema da hegemonia e a relação sociedade civil-Estado

Falar sobre o tratamento dado por Gramsci à hegemonia tem remetido diversos estudiosos ao problema da ênfase dada pelo autor à relação entre estrutura e superestrutura. Afinal, como falar de hegemonia sem estabelecer o espaço em que ela é articulada?

Com isso têm sido configuradas duas tendências opostas de análise. A primeira, que defende o privilégio do enfoque superestrutural, isto é, a ênfase dada por Gramsci ao papel do Estado, da sociedade política. Do outro lado situam-se os partidários da idéia de que os resultados conclusivos da reflexão de Gramsci seguiriam a linha apresentada no caderno *Americanismo e fordismo*, numa análise predominantemente estrutural (WERNECK VIANNA, 1997).

A adoção de uma ou outra linha tem sérias implicações teóricas e práticas, pois é o ponto de partida para a indicação do que para Gramsci é o espaço privilegiado da hegemonia e, conseqüentemente, dos recursos e estratégias passíveis de serem mobilizados neste espaço. A discussão só pode ser avançada com a definição, em primeiro lugar, de que instâncias Gramsci quer designar com os termos estrutura e superestrutura e, em seguida, sua compreensão do papel que cada um deles desempenha na construção da hegemonia. Estamos diante da tão conhecida polêmica sobre o caráter da sociedade civil, retomada a partir da seguinte passagem:

Se pode, por ora, fixar dois grandes 'planos' superestruturais, aquele que se pode chamar 'sociedade civil', isto é, do sistema de organismos vulgarmente ditos 'privados' e aquele da 'sociedade política ou Estado' e que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exercita em toda a sociedade e aquela de 'domínio direto' ou de comando que se exprime no Estado e governo jurídico. (Q12, p. 1518-1519).

A partir deste trecho e daquele do §136 do Q6² Bobbio estabeleceu uma das análises mais importantes sobre o tema. O ponto central da leitura deste autor – e de muitas outras – é o entendimento de que diferentemente de Marx, Gramsci não considera a sociedade civil como espaço da estrutura, mas sim um dos momentos da superestrutura.

² A nota é intitulada *Organização das sociedades nacionais* e Bobbio se atém a este trecho: "Notei outras vezes que em uma determinada sociedade ninguém está desorganizado e sem partido, desde que se entenda organização e partido em sentido amplo e não fôrmal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter dúplice, natural e contratual e voluntário, uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente, constituindo o aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado entendido estritamente como aparato governativo-coercitivo" (Q6, p. 800).

De acordo com Bobbio, tanto para Marx quanto para Gramsci, o espaço decisivo no desenvolvimento histórico é a sociedade civil, mas enquanto no primeiro ela é vista difusa na vida social pré-estatal, como desdobramento das relações econômicas, para o segundo ela se situa no interior das superestruturas (BOBBIO, 1999, p. 53-54). A origem dessa diferença estaria no fato de que embora tenham igualmente tomado a obra de Hegel como referência, teriam privilegiado momentos diferentes da formulação hegeliana.

Na *Filosofia do direito* Hegel incluiu na sociedade civil a esfera das relações econômicas, a formação das classes e todas as relações e instituições pré-estatais (a família, a administração da justiça, o ordenamento administrativo e corporativo) – tudo o que constitui o reino da necessidade a ser regulado e racionalizado pelo Estado.

Enquanto Marx e Engels teriam se fixado nas relações econômicas

[...] a sociedade civil que Gramsci tem em mente quando se refere a Hegel não é a do momento inicial no qual explodem as contradições que o Estado terá de dominar, mas a do momento final em que, por meio da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações), são fixadas as bases para a passagem do Estado. (BOBBIO, 1999, p. 57-58).

Para Bobbio, Gramsci teria operado uma inversão do determinante na relação estrutura-superestrutura que deu lugar a uma priorização do momento estrutural e da ação subjetiva (ainda que seja coletiva) neste momento. Assim, na afirmação de que um Estado é constituído por “força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral, direito e liberdade, ordem e disciplina” (Q6, p. 762-763), Bobbio lerá sempre o segundo termo como o momento ativo da dicotomia necessidade-liberdade e o momento positivo da dicotomia força-consenso (BOBBIO, 1999, p. 61-62).

Convencido da superioridade da superestrutura em Gramsci, Bobbio retém do conceito de hegemonia o seu significado de direção cultural enquanto sentido ampliado de direção política em Lenin. Entende que em Gramsci a hegemonia precede a conquista do poder, na medida em que atua principalmente sobre a sociedade civil, ou seja, como momento consensual e, por conseguinte,

[...] a teoria da hegemonia liga-se em Gramsci não apenas a uma teoria do partido e do Estado, a uma nova concepção do partido e do Estado, não consiste apenas em uma obra de educação política; antes engloba a nova e mais ampla concepção da sociedade civil considerada não só em suas diversas articulações, mas também no preciso sentido que delimitamos nos parágrafos precedentes, como momento superestrutural primário. (BOBBIO, 1999, p. 69).

Numa crítica à leitura de Bobbio, Coutinho (1994) considera que o equívoco daquela leitura procede da ligação da questão da “sociedade civil” à relação entre estrutura e superestrutura, quando para Gramsci o conceito relaciona-se ao problema do Estado (COUTINHO, 1994, p. 88).

Coutinho observa que para Gramsci a sociedade civil não tem o mesmo sentido que tinha para Marx, mas também não há uma identificação entre sociedade civil e Estado *stricto sensu*. Por meio da distinção de duas esferas constitutivas da superestrutura – a “sociedade política” e a “sociedade civil” – Gramsci operou uma ampliação na concepção marxista e leninista de Estado. À primeira esfera, fundada nos aparelhos coercitivos e burocrático-executivos do Estado, corresponde a função de coerção, ditadura ou dominação e à segunda, fundada nos aparelhos “privados” de hegemonia, corresponde a função de consenso, direção, hegemonia. Disso resulta que, embora discorde dos pressupostos de Bobbio, conclui de modo similar que a hegemonia é estabelecimento de consenso, rejeitando a idéia do elemento coercitivo. Por outro lado, sua “teoria do Estado ampliado” é imprescindível para a reflexão do processo de politização das diversas esferas da vida social no Ocidente.

A respeito da análise realizada por Bobbio, Liguori criticou a exclusão da dialética na leitura da relação estrutura-superestrutura, pois tal ausência leva à conclusão de que um elemento determina o outro de modo mecânico e sem qualquer mediação (LIGUORI, 2000, p. 9-11). Além disso, num outro texto apontou problemas na tese de que tanto em Marx quanto em Gramsci o “teatro da história” é a sociedade civil, com a diferença de que no primeiro aquela corresponderia à estrutura, à economia e no segundo à superestrutura, ao mundo das idéias. Considerando que a polêmica sobre a sociedade civil em Gramsci cria também uma em torno dos textos de Marx, Liguori buscou demonstrar que partindo de uma afirmação taxativa da subordinação do Estado à sociedade civil na polêmica com Hegel na *Crítica à filosofia do direito* e da colocação da “sociedade civil como teatro da história” em *A ideologia alemã*, no conjunto de sua obra Marx oferece elementos para uma leitura mais complexa da relação Estado-sociedade civil do que a que pretende Bobbio (LIGUORI, 2001, p. 72-73)³.

Para Liguori, a principal inovação de Gramsci em relação a Marx refere-se ao conceito ampliado de Estado e do político, que é capaz de superar a debilidade de uma elaboração estrita e redutora. Nas suas observações (2000, 2001) encontramos uma leitura do conceito de Estado ampliado cujo impacto sobre o tema da hegemonia não remete à oposição entre coerção e consenso.

Liguori insiste em que Marx e depois Gramsci concordavam que “a sociedade civil não é um lugar idílico e concorde, feito de consenso e triunfo

³ Mesmo a indicação marxiana de que “a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” oferece a abertura para se pensar, como fez Gerratana, que “não se vê porque identificar a parte com o todo”: a *anatomia* não significa todos os elementos. A centralidade dos elementos econômicos não exclui a presença de outros (GERRATANA apud LIGUORI, 2001, p. 74).

da democracia e da cidadania". Ao contrário, "a história da sociedade civil para Gramsci é a história do domínio de alguns grupos sociais sobre outros, sendo a trama da hegemonia feita sempre também de subordinação, corrupção, exclusão do poder" (BUTTIGIEG apud LIGUORI, 2001, p. 76-77) e sendo assim, se a coerção não é mais a única forma utilizada pela classe dominante no exercício da hegemonia, isto está longe de significar o estabelecimento de formas estritamente consensuais nas relações entre as classes.

Nesta leitura é também desvelada a não-separação entre "sociedade civil" e Estado, como Gramsci insistiu nos *Cadernos* infinitas vezes. (...) No pensamento de Gramsci, o Estado se configura como lugar de uma hegemonia de classe, momento no qual se tem "um contínuo formar-se e superar-se de equilíbrios instáveis (no âmbito das leis) entre os interesses do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados, equilíbrios nos quais os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um certo ponto"⁴ (LIGUORI, 2001, p. 77).

À luz dessas discussões queremos recuperar o texto do Q12 sobre a sociedade civil⁵, a fim de propor uma interpretação questionadora daquelas leituras que, privilegiando o aspecto da sociedade civil ou do Estado no seu sentido ampliado, vêm nessa passagem a corroborar a idéia de que Gramsci entenderia que a construção da hegemonia prescindiria os elementos coercitivos.

contexto dessa nota (que "reescreve" a do §49 do Q4) é o da discussão do papel dos intelectuais como mediadores de dois tipos de organizações sociais: as derivadas da estrutura e as da superestrutura. A identificação de "sociedade civil" e Estado como dois momentos superestruturais é evidente. Mas ao invés da fórmula Estado (= sociedade política = coerção) + sociedade civil (consenso = hegemonia), o que aparece mais destacado é a resistência e a eficácia que os instrumentos da dimensão política, assim multiplicados adquirem. Daí o alerta para o fato de que os intelectuais também terão mais variadas e complexas tarefas a serem exercidas.

Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício da hegemonia social e do governo político, ou seja: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população ao ritmo imprimido à vida social pelo grupo fundamental dominante, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto da confiança) do grupo social dominante pela sua posição e pela sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina daqueles grupos que não "consentem" nem ativamente, nem passivamente; constituído em toda a sociedade tendo em vista os momentos de crise no comando e na direção, na qual o consentimento espontâneo é maior. (Q12, p. 1519).

⁴ Ver Q13, p. 1590, Q26, p. 2302 e da citação Q13, p. 1584.

⁵ Transcrito na segunda página desse artigo.

O que nem sempre é lembrado durante a leitura dessas duas notas é que a reflexão de Gramsci não comporta apenas uma abstração. Seu interesse é o de avaliar o terreno concreto das lutas sociais e, com esse objetivo, chegar à compreensão do que vem a ser a sociedade civil e o Estado nos quais deverão atuar os intelectuais. É com esse interesse que chega à caracterização das sociedades de tipo Ocidental, constatando que

no que se refere aos Estados mais avançados, onde a 'sociedade civil' transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.) as *superestruturas da sociedade civil* são como o sistema de trincheiras na guerra moderna. (Q13, p. 1615; Q7, p. 865-867).

O que indicará essa passagem, na qual a "sociedade civil" não é identificada imediatamente à dimensão superestrutural?

De nossa perspectiva, a expressão "superestruturas da sociedade civil" – ignorada por grande parte dos polemistas – é um elemento fundamental para a compreensão do lugar ocupado pela sociedade civil. Com ela Gramsci especifica aquela dimensão da sociedade civil mais próxima do momento superestrutural, isto é, o momento das instituições que sem serem necessariamente políticas, atuam como intermediárias da relação com o Estado. Porque estão entrelaçadas ao outro momento (momento econômico), podem vir a atenuar as contradições que nele se expressam. Nesse sentido, a intervenção ativa do Estado *stricto sensu* pode ser dispensada em muitas circunstâncias, mas apenas porque uma outra dimensão executa a função política necessária à articulação da hegemonia. Por esta razão a importância dessa dimensão mediadora é tão fortemente sublinhada por Gramsci no que respeita à atuação do Estado.⁶

Teríamos em Gramsci, portanto, uma sociedade civil que como momento da produção das formas econômicas coincide com o sentido que lhe dava Marx. Só que isso não quer dizer, que a sociedade civil se identifica estritamente com o momento da produção econômica. Conclusões desta natureza desconsideram que a sociedade civil em Marx corresponde ao conjunto da estrutura das relações econômicas e que já em *A questão judaica*, mas especialmente em *As lutas de classes na França* e no *Dezoito Brumário*, esse conjunto não se limita às relações materiais, comportando um conjunto de instituições – talvez seria mais preciso dizer organizações – que sem fazer parte do aparato de Estado *stricto sensu* são essenciais para o seu funcionamento, e que devido a isso "a sociedade civil é por excelência o espaço das lutas de classes pela hegemonia" (MONAL, 2001).

⁶ É a partir dessa abertura no campo da teoria que desenvolveremos posteriormente a idéia de que no Ocidente, juntamente com o Estado também a sociedade civil é ampliada.

Mas de qualquer modo Gramsci não poderia aplicar os resultados das investigações de Marx a uma realidade que se mostra diferente. O exame das sociedades contemporâneas a Gramsci convenceu-no de que a sociedade civil se tornou – “com o desenvolvimento de superestruturas que são como o sistema de trincheiras da guerra moderna” – muito mais complexa, constituída por uma série de instituições sociais que não sendo diretamente políticas no sentido estrito, fazem a ligação entre a classe dominante na esfera estrutural e a forma que ela encontra para manter a estrutura vigente por meio do Estado.

Devido a todas essas mudanças, as estratégias das classes em disputa pela hegemonia alteram-se e nesse ponto é preciso entender as formas sob as quais a coerção e o consenso operam nas relações sociedade civil-Estado.

Diante de tudo isso, o caminho que se abre para discutir a construção da hegemonia em Gramsci é o da avaliação, mediante a referência a situações históricas concretas, dos conteúdos que a sociedade civil e o Estado podem assumir no processo de luta de classes. O menor e o maior grau de coerção e consenso presentes nestas esferas, bem como seu significado, só podem ser medidos com base nos elementos extraídos dessas ponderações.

3 Sociedade civil, Estado e política nos distintos Ocidentes

A discussão da hegemonia a partir de Gramsci exige a referência ao terreno em que ela se constitui, a consideração de particularidades históricas de sociedade civil e Estado.

A idéia de que diferentes modos de inserção na modernidade capitalista implicariam formas organizativas diferenciadas das dimensões civil e estatal e, conseqüentemente, de relações entre estas duas dimensões passou a ser explorada nos textos gramscianos logo após o refluxo do movimento socialista na Europa Central e Ocidental⁷.

Movido pelo impulso de descobrir as razões da derrota momentânea da revolução socialista e pela urgência de encontrar os termos adequados para sua reproposição, Gramsci passou a investigar o processo hegemonicamente vitorioso. O desvendamento dos entraves à revolução socialista, passa, deste modo, pelo reconhecimento das características e tendências de desenvolvimento do modelo societal que as classes burguesas dominantes lograram construir em sua longa disputa pela hegemonia.

É nesta perspectiva e tendo como referência o quadro mundial do início do século XX – cujo traço distintivo é a mobilização das classes dominantes em das necessidades colocadas pela intensificação da concorrência intercapitalista (LENIN, [1980], p. 317-318) – que Gramsci passou a cogitar que a consolidação da hegemonia burguesa realizava-se sob novas revoluções

⁷ Os estudos sobre o *Risorgimento*, Maquiavel e o americanismo são exemplares dessa percepção.

passivas⁸. Localizamos, a partir de então, o esboço de um novo marco de análise para os processos políticos, que se assenta na concepção de que essa nova fase é impulsionada pelas transformações já verificadas na sociedade civil e no Estado desde o final do século XIX e, que desdobramentos dessa fase redimensionam as esferas da vida social, as estratégias da disputa hegemônica e as condições dos próprios atores.

A utilização do conceito de revolução passiva no exame dos processos políticos ocidentais contemporâneos implica uma ampliação de seu sentido original que pode ser mais bem compreendida através de uma exposição que articule o desenvolvimento do conceito aos próprios fenômenos que o autor dos *Cadernos do cárcere* queria analisar.

No exame da revolução passiva do *Risorgimento* o conceito de revolução passiva traduzia a revolução-restauração por meio da qual se deu o tardio ingresso da Itália na modernidade capitalista, isto é, a revolução burguesa italiana. A fórmula *transformar conservando*, nesta revolução passiva, além de compreender transformações estruturais (fundamentais à sobrevivência do país sob o capitalismo), indica principalmente que ela se faz sem uma alteração profunda do poder econômico e político. Sua particularidade é a proeminência dos elementos sociais conservadores, ligados principalmente à ordem agrária, que estabeleceram o domínio não a partir de sua posição predominante na esfera da produção, mas pela constituição e a partir da dimensão política. A articulação entre conservação e mudança é, nessa revolução passiva, uma articulação entre o atraso e o moderno e tem como base a operação numa sociedade civil dispersa, na qual a burguesia é embrionária e fragmentada e se vê pressionada por forças duplas e díspares: de um lado as relações sociais herdadas do passado feudal (o agrarismo da região sul do país, principalmente) e de outro o impulso das revoluções burguesas em processo no exterior⁹. Há uma tensão entre a necessidade de desenvolvimento de instituições econômicas, políticas e culturais vinculadas

⁸ Nesse sentido é interessantíssima a observação de Werneck Vianna de que “quando Gramsci inicia sua inquirição sobre o *Risorgimento*, uma revolução passiva, já parte de um diagnóstico sobre a situação presente (Q, p. 1766). Na prisão, em março de 1929, ao estabelecer seu plano de estudos, Gramsci seleciona a questão dos intelectuais, a do americanismo-fordismo, uma linha de investigação sobre a história italiana, objetos, portanto, que dizem respeito àquele eixo temático. Ao abrir os *Quaderni*, o seu autor já detém um conhecimento prévio do itinerário que deseja percorrer – Gramsci não chega ao americanismo pela análise do *Risorgimento*. Se esses dois temas aparecem juntos em seu plano de estudos, é porque o autor, de algum modo, teria identificado neles um problema comum: a revolução passiva” (WERNECK VIANNA, 1997, p. 71).

⁹ Esta visão do caráter fragmentário da burguesia italiana e da conexas dificuldade de tornar-se hegemônica pode ser encontrada no jovem Gramsci: “A burguesia não teve [...] programas concretos e retilíneos, porque não era uma classe de produtores, e sim um bando de politiquês” (GRAMSCI, 1917 apud DIAS, 2000, p. 63). Isso decorre de um duplo processo tardio: a unificação e o ingresso na ordem capitalista. Esse duplo processo leva a burguesia a aparecer como um conjunto de categorias: siderúrgica, metalúrgica, etc., conjunto esse que nasce marcado pela sua relação com o Estado, que desde logo garante o domínio industrial do Norte (DIAS, 2000, p. 63).

à ordem capitalista, ao mesmo tempo em que as forças tradicionais dispõem de muitos recursos.

A burguesia se vê diante da tarefa de consolidar seu poder político ao mesmo tempo em que constrói as bases econômicas de seu domínio. Em virtude de sua fragilidade – exposta por Gramsci nos termos de uma estrutura demográfica parasitária – e incapacidade de tornar-se hegemônica, o poder político burguês assume a forma de uma força estatal “conciliadora” dos interesses do avanço e do atraso. Note-se que nesta primeira utilização o conceito explica uma relação entre sociedade civil e Estado na qual é a esfera deste último a privilegiada pelos atores políticos. Na chave da revolução passiva do *Risorgimento*, a substituição dos grupos sociais por um Estado na luta pela transformação (Q15, p. 1823), identifica-se com a fórmula da revolução pelo alto e a preponderância do domínio/coerção em detrimento da direção/consenso.

Nesse primeiro estudo já comparecem dois temas que serão articulados à ampliação do conceito de revolução passiva: a distinção da morfologia Ocidental ou Oriental das sociedades em função da composição da sociedade civil e das relações entre ela e o Estado e, a necessidade de realizar uma análise empírica voltada para as relações sociais nas quais os sujeitos se constituem.

Esses são encaminhamentos que como notaram Werneck Vianna (1997) e Buey (2001) são iniciados durante a investigação da sociedade italiana realizada no texto *Alguns temas da questão meridional* (1926). Já neste texto, a análise da manutenção da dualidade atraso-moderno representada pelos blocos industrial-operário no Norte e agrário no Sul inclui não apenas os elementos econômicos de coesão, mas de forma original procura demonstrar que a inexistência de um vínculo orgânico entre os atores políticos e o mundo da produção contribui para a reiteração da ordem econômica e política preexistente¹⁰. É esse conjunto de elementos que fazem com que a Itália seja considerada, nas reflexões posteriores, um *Ocidente incompleto*.

¹⁰ Na análise do bloco agrário industrial o principal argumento de Gramsci é que por meio dele o desenvolvimento capitalista italiano não criou mecanismos ideológicos próprios – em outras palavras, um projeto completo de sociedade. O modo de vida continuava a ser moldado pela influência dos intelectuais tradicionais – clero e outras categorias vinculadas organicamente às instituições sociais pré-capitalistas e também pelos grandes intelectuais de visão abstratamente cosmopolita e alheia à realidade nacional. De postura conservadora, o conjunto desses intelectuais atua, implícita ou explicitamente, na defesa dos interesses do bloco agrário, tanto na condição de quadros do aparelho de Estado, quanto através da influência direta sobre as massas. Sem vínculo orgânico com as novas classes sociais fundamentais – burguesia e proletariado – a concepção de mundo dos intelectuais tradicionais não poderia traduzir as aspirações mais progressivas, voltando-se apenas para o impedimento da desagregação do bloco anterior. Sua atuação reforçava a dificuldade da burguesia em difundir uma concepção de mundo adequada à nova ordem em construção. Os efeitos da intervenção dos intelectuais tradicionais são paradoxais, na medida em que constroem uma barreira para a plena hegemonia burguesa e a inserção da Itália no Ocidente: impedem as massas de entrar em contato com uma nova concepção de mundo e, ao alienar a burguesia desse contato com as massas, fazem com que ela se mantenha afastada da perspectiva de totalidade capaz de orientar a construção de um projeto nacional-popular.

A distinção entre Ocidente e Oriente utilizada por Gramsci, na medida em que se refere aos elementos morfológicos das sociedades, comporta, conforme nossa interpretação, as características das instituições econômicas, sociais, políticas e culturais e, em razão disso, caracteriza o *modus operandis* da política, tanto no que se refere às suas instituições quanto às práticas dos sujeitos.

No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e caçamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional. (Q7, p. 866).

As sociedades ocidentais são desse modo, aquelas nas quais a consolidação das instituições modernas representou uma ampliação do espaço de ação da sociedade civil. Em oposição, as sociedades orientais são definidas pela presença de um Estado fortemente centralizado e coercitivo, diante de uma sociedade civil quase inexistente.

Das observações feitas sobre a Itália nota-se a possibilidade de diversas gradações entre os pólos Oriente e Ocidente. Enquanto a Rússia pré-1917 é tomada como exemplo de sociedade de tipo Oriental e a Itália se caracteriza como um Ocidente com traços orientais, os EUA constituirão o exemplo mais acabado do Ocidente.

É a análise do caso norte-americano e, mais particularmente da revolução passiva operada pelo americanismo que permite fixar com mais clareza as questões referentes às mudanças da sociedade civil observadas por Gramsci.

Enquanto a debilidade da sociedade civil italiana tem origem na composição heterogênea e fragmentada de sua dimensão estrutural – grupos sem vínculo com modo de produção dominante, burguesia sem capacidade hegemônica – a primeira característica da sociedade civil dos EUA é a “composição demográfica racional”, o fato de que “não existem classes numerosas sem uma função no mundo produtivo” que se deve à ausência de classes sociais parasitárias remanescentes do regime feudal (Q22, p. 2141).

Essa racionalidade demográfica sobre a qual se ergue uma base sadia para a acumulação de capital – com a propriedade fundiária, o transporte e o comércio subordinados à atividade produtiva (Q22, p. 2145) – a despeito de ter sido colocada inicialmente pela ausência de feudalismo e pelo tipo de empreendimento colonial, só foi consolidada após a Guerra Civil – quando as divergências em torno do problema da terra e da escravidão foram solucionadas sob a direção da fração urbano-industrial da burguesia do Norte do país.

Do ponto de vista da moldagem das instituições sociais, é fundamental compreender que se a abolição da escravidão foi o ponto fulcral da disputa entre as elites agrárias sulistas de um lado, e a burguesia industrial, comercial, pequenos e médios proprietários, de outro, não se deveu ao fato de que sua manutenção fosse um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo. De fato, o que a escravidão obstaculizava era um capitalismo com instituições liberal-burguesas de democracia política e social.

Conquanto as questões da terra e do negro não tenham alcançado um desfecho radical, a Guerra Civil estabeleceu de uma vez os princípios urbano-industriais como linha a ser seguida no desenvolvimento da vida social. As aspirações de trabalhadores, pequenos e médios proprietários, comerciantes e industriais, distintas e contraditórias, apareciam, nos termos colocados pela fração que se tornou hegemônica, parte constitutiva de um único projeto constituído por um “espírito empreendedor e progressivo” – o próprio coração do americanismo.

A força da sociedade civil pode ser avaliada, no período, pela correspondência que se observa entre sua estrutura e suas superestruturas, isto é, pelo fato de que as tendências e contradições das relações sociais de produção expressam-se simultaneamente nas instituições civis privadas. Os elementos da hegemonia americanista apontados por Gramsci – uma sociedade civil complexa e um Estado liberal – começaram a ser gestados desde o nascimento do país.

Mas o sentido da expressão americanismo só está completo quando vinculado a um conjunto de características estruturais e superestruturais que compõem não somente um modo de produção, mas constrói uma *civiltà*, um modo de vida.

Formado pela combinação de condições materiais favoráveis, da tendência objetiva ao industrialismo e dos princípios liberais e puritanos nascidos no continente europeu¹¹, esse modo de vida objetivou-se inicialmente na constituição voluntária – por camponeses, artesãos e comerciantes – das primeiras organizações da superestrutura da sociedade civil. Estas associações visavam, como observou Tocqueville (1996), auxiliar-se mutuamente para alcançar objetivos e com isso minimizar a influência do Estado sobre seus negócios.

Essas práticas teriam uma repercussão de longo alcance sobre o conjunto da organização social. Não à toa vemos que cada grupo envolvido nas atividades produtivas cria e participa – ainda que de maneira difusa no século XVIII e parte do XIX – de uma série de associações profissionais, precursoras das organizações patronais e dos sindicatos. Emergem, ainda no século XIX, movimentos em defesa dos direitos dos negros, das mulheres e

¹¹ Para a discussão desses aspectos é fundamental a obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

crianças. Entre os aparatos privados dos grupos hegemônicos, organizações como o Y.M.C. A (Young Men Christian Association) e, posteriormente, o Rotary Club, surgem na década de 1840 e desde então atuaram em campos como a educação escolar, profissional e de lazer, difundindo os valores da racionalidade industrial burguesa. A cada mudança introduzida nos modelos produtivos, não faltaram instituições para difundir, no tecido social, as ideologias empresariais correspondentes¹².

Se as camadas industriais conquistaram a condição de grupo hegemônico no período da Guerra Civil, para isso criaram uma ordem na qual os atores defrontam-se com a necessidade de disputar a hegemonia no terreno da sociedade civil, o que faz dela uma dimensão extremamente politizada.

Diante da complexidade da sociedade civil, composta duplamente por instituições econômicas e políticas, a questão das estratégias de hegemonia deve ser investigada em todas as dimensões da vida social. É essa a proposta da nota *Americanismo e fordismo* (Q22).

Mergulhando no momento estrutural, no universo mesmo da produção, esta nota oferece elementos para a investigação do papel desempenhado pela sociedade civil e pelo Estado no momento em que a manutenção da hegemonia burguesa defronta-se com os seguintes problemas: a necessidade (permanente) de reproduzir ampliadamente o capital e exercer maior controle sobre a força de trabalho.

Do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, a importância da experiência de Henry Ford deriva do êxito na aplicação dos princípios tayloristas a toda a cadeia produtiva: desde a parcelização do trabalho na linha de montagem, passando pela produção em série e massificada até a gestão direta do transporte e do comércio das mercadorias finais, são obtidas reduções de custos que possibilitam a melhoria de salários e menores preços de vendas (Q22, p. 2145). Para além disso, a associação americanismo-fordismo indica uma mutação muito mais profunda na dialética forças produtivas-relações sociais de produção.

A adaptação aos novos métodos de produção e trabalho segundo o ritmo da linha de montagem exige “um novo nexó psicofísico de um tipo diferente dos precedentes [nas fases anteriores da industrialização]” (Q22, p. 2163). O trabalho fragmentado, mecanizado e reduzido a mera repetição de tarefas, embora exigisse uma participação cada vez menor da reflexão do operário, requeria uma profunda adaptação física e mental, acelerada por uma série de práticas que reduzem – embora não eliminem – a vigilância do chefe: em conjunto com os altos salários, a estratégia era a de fazer ser internalizada a mais rígida disciplina compatível com a ética do trabalho¹³.

¹² Ver Bendix, 1966, p. 266-278.

¹³ Como confirma Ford: “no tempo em que aumentamos os salários, também aumentamos a vigilância e averiguamos da vida particular de cada um, para saber o destino que davam aos seus salários” (Ford, 1967, p. 186). No plano de participação nos lucros posto em funcionamento por Ford em 1914.

As políticas de Estado, por sua vez, também são orientadas pelo impulso de racionalidade industrialista, e podem ser verificadas, por exemplo, nos esforços do departamento de Estado para racionalizar a agricultura; mas também nas orientações dadas os setores da saúde, serviço social, educação, etc. Em todas as dimensões, preparo técnico e ideologia americanista-fordista andam juntos. Com o uso de todos estes mecanismos, tornou-se, para o capital

(...) relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima a fim de basear toda a vida do país sobre a produção) (Q22, p. 2146).

Ao avaliar o momento estrutural, Gramsci capta muito bem o americanismo enquanto modelo que, gerando o fenômeno das massas nas relações sociais de produção – e, mais importante, determinando a resolução de suas contradições a partir dessa mesma dimensão – compõe um bloco histórico em que a “estrutura” domina mais imediatamente as superestruturas. Uma vez que “a hegemonia nasce da fábrica”, não tem necessidade, para exercitar-se, senão de uma quantidade mínima de intermediários da política e da ideologia (Q22, p. 2145-2146).

Os instrumentos de persuasão elaborados a partir da emergência do americanismo-fordismo não fazem mais que demonstrar o maior entrelaçamento entre economia e política. A função de articulação das diversas forças sociais será feita – sem dispensar o papel do Estado *stricto sensu* – cada vez mais através de instituições privadas (de concreção empírica ou discursiva). Se isto remete à idéia já explorada do conceito gramsciano de Estado ampliado, não poderia também permitir uma formulação a respeito do desdobramento da sociedade civil?

Nossa resposta é positiva. Em primeiro lugar a rede de aparatos de hegemonia é articulada a partir da base da sociedade civil no sentido clássico marxiano. Ocorre que nas operações de construção de consenso, estes aparatos se relacionam diretamente às atribuições estatais – quer por ações específicas a sua própria constituição, quer através da atuação na sociedade política. De qualquer modo, por origem e pelo fato de que se tornam imprescindíveis à dinâmica da própria estrutura, constituem o que Gramsci denominou “superestruturas da sociedade civil” (Q7, p. 865-867; Q13, p. 1615).

A expressão Estado ampliado indica que a sociedade política ganhou novos componentes, já que não é o Estado *stricto sensu* que se agiganta, mas o fato de que também uma parcela da sociedade civil atua politicamente. Um ponto não esclarecido até o momento é o de saber se a ampliação da sociedade civil implica, simultaneamente, a diminuição das atribuições organizativas do Estado. A precisão com que caracteriza o Estado liberal adequado ao americanismo indica que Gramsci está longe de dizer que isso tenha ocorrido.

A americanização requer um ambiente dado, uma dada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e certo tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança por seus próprios meios, como 'sociedade civil', pelo próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e de monopólio. (Q22, p. 2157).

Depois de associar a emergência do americanismo fordismo ao início dos processos que culminaram com a eclosão da crise de 1929 (Q15, p. 1756), Gramsci passa a investigar a hipótese de que o americanismo assuma a forma de uma revolução passiva justamente no período da crise, quando a mediação do Estado passa a ser solicitada numa amplitude muito maior do que nos anos anteriores. A partir de então, não se tratará apenas da promoção de políticas econômicas, mas de uma ativa intervenção nas próprias atividades econômicas que culminou com o *New Deal*.

Mas a revolução passiva americanista é distinta, sob diversos aspectos, das revoluções passivas ocorridas onde a sociedade civil possui traços orientais. No século XX, os estímulos a essas revoluções provem da necessidade das classes dominantes reorganizar as relações sociais de modo a permitir um salto das forças produtivas num contexto de intensa concentração e concorrência capitalista. Mas nos EUA essa reorganização já fora iniciada com a introdução do taylorismo-fordismo. Neste caso, as fórmulas implantadas pelo Estado inserem apenas componentes da regulação que a crise econômica e social de 1929 inclui entre as "exigências de uma mudança nas condições técnicas da indústria" (Q22, p. 2156).

As ações do *New Deal* encaminhar-se-ão para um tipo de corporativismo que assume a tarefa de estatuir o colaboracionismo de classes restringindo ao mínimo a coerção direta aos empregadores e incorporando, mediante a transformação, os elementos ativos dos movimentos dos trabalhadores. O fará com a criação de um Estado de Bem-Estar, atendendo às pressões por maior participação nas instituições políticas do Estado, etc.

O esforço para manter os níveis salariais de alguns setores e a intervenção estatal para minorar as proporções catastróficas do problema social gerado pelo desemprego na década de 1930, não buscava apenas incrementar uma demanda decrescente. Era também uma tentativa de demonstrar que o projeto hegemônico do capital tinha as condições necessárias para gerar aqueles "dividendos" tão anunciados para toda a sociedade.

A particularidade norte-americana faz com que esse seja o melhor caminho para suas classes dominantes. Quando observamos a existência de uma articulada sociedade civil, o que vemos é uma densa rede de aparelhos de hegemonia – tanto das camadas dominantes, quanto das camadas subalternas. A "guerra de posições" é travada em primeiro lugar nestes

aparelhos de hegemonia, o que importa dizer que cada força em disputa quer vencer no espaço da sociedade civil, antes mesmo da ativa intervenção do Estado. As classes dominantes dos EUA conseguem tornar-se hegemônicas porque mais do que vencer conseguem *vencer convencendo* as camadas subalternas nos terrenos econômico, político e cultural.

Esse conjunto de questões demonstra o alcance da crítica de Gramsci à compreensão de que o Estado liberal atuaria apenas como “Estado-gendarme ou Estado guarda-noturno” (Q6, p. 763). A idéia de que as funções do Estado (Estado liberal) seriam apenas “coercitiva, de tutela de ordem pública e respeito às leis” correspondem apenas à representação ideológica de um Estado que não superou a fase corporativa e oculta seu poder de classe.

O que há de específico na atuação do Estado no caso norte-americano não é a sua retirada, mas o fato de que o ritmo, a direção e os limites das ações estatais são requeridos e definidos pela própria sociedade civil e, sendo esta suficientemente desenvolvida, o Estado liberal torna-se uma função dela própria.

Retomando a discussão sobre o caráter da revolução passiva americanista, observamos que ela guarda o significado fundamental de revolução-restauração, pois é empreendimento através das quais classes dominantes preservam hegemonia. Nenhuma outra semelhança tem o americanismo com as revoluções passivas de ingresso tardio na modernidade ou mesmo com processos fascistas.

Como Gramsci observava, a racionalização operada no campo econômico tendia a refletir-se nas demais dimensões, de modo a barrar aqueles elementos típicos das revoluções passivas pelo alto, tais como a tomada de decisões por intelectuais “deslocados/autonomizados” das classes sociais. Sendo o núcleo da revolução passiva americanista a estrutura, nela conformar-se-iam e agiriam politicamente os intelectuais (atores da política): intelectuais orgânicos da burguesia (industriais, técnicos, comerciantes, rotarianos de diversas profissões, etc) e seus antagonistas surgidos entre as camadas subalternas.

Nas revoluções passivas européias posteriores à Revolução Francesa e no fascismo, a despeito de possibilidade de modernização o espaço de ação para a diversidade dos sujeitos sociais é bastante reduzido, visto que “a classe portadora de novas idéias é a dos intelectuais (...) e o Estado é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional” (Q1, p. 133). A atuação destacada dos intelectuais como intermediários entre as esferas pública e privada resulta numa maior complexificação do Estado, mesmo que ocorra também a ampliação da dimensão privada. É por essa razão também que os elementos coercitivos estão sempre mais presentes nestes tipos de revoluções passivas.

A riqueza da análise de Gramsci a respeito do americanismo consistiu em ter destacado seus elementos avançados e “sadios” – derivados de uma

complexa rede composta pela sociedade civil, garantidora da presença efetiva de diversas forças sociais – mas também ter apontado os riscos de que esta revolução passiva perpetue o existente e o poder hegemônico estabelecido.

O americanismo colocou vantagens para os esforços das forças antagônicas que fazem uso da guerra de posição, uma vez que “o movimento vindo de baixo (da estrutura) é constante, e é nesse momento, realizado pelos portadores diretos das forças produtivas que podem confrontar-se com o pensar estabelecido” (WERNECK VIANNA, 1997, p. 60-61).

Por outro lado, conquanto seja criado e retro alimentado pela a ampliação da sociedade civil, marcadamente politizada, pela multiplicação de aparatos de hegemonia; esvazia o sentido da política, graças ao domínio, no campo superestrutural, das exigências mecânicas da racionalidade produzidas pelo capital na dimensão econômica. Empiricamente a despolitização é constatada com a autonomização crescente da dimensão estatal, a tecnicização da atividade política, a burocratização de diversas instâncias, momentos cesaristas nos cenários parlamentares.

As condições de disputa são extremamente desvantajosas às classes antagônicas, pois as estratégias de hegemonia das camadas dominantes fazem com que todas as instituições, nas quais se vive o cotidiano, uma vez impregnadas da concepção de mundo americanista, exerçam as funções de reprimir e formar de modo mais eficaz que os aparatos exclusivamente repressivos.

Com todas as suas contradições, o êxito do americanismo é permanentemente reafirmado pela sua capacidade de difusão em todo o globo. Ausentes taylorismo e fordismo, Ocidente e americanismo hoje se confundem. As conclusões gramscianas a respeito dos efeitos produzidos pelo americanismo sobre os processos políticos podem, atualizadas, ser lembradas na avaliação dos casos particulares de outros ocidentais e dos orientes do mundo.

Para o estudioso dos processos políticos, são indispensáveis as reflexões sobre a ampliação do Estado e da sociedade civil. Demonstrando que os aparatos de hegemonia – coercitivos ou consensuais – são constituídos a partir de quaisquer destes domínios, Gramsci inova ao afirmar que nas sociedades contemporâneas, de forma aberta ou velada a luta de classes faz-se presente no conjunto da vida social, sendo múltiplas as dimensões nas quais deve ser investigada.

Bibliografia

BARATTA, G. Lutas de hegemonia na época de “americanismo e fordismo”. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 15, n.33, p. 4-15, 2000.

- BARATTA, G. Antonio Gramsci critico dell'americanismo. In: _____.; CATONI, A. *Tempi moderni. Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989, p. 29-42.
- BENDIX, R. *Trabajo y autoridad en la industria: las ideologias de la dirección en el curso de la industrialización*. Buenos Aires: Eudeba, 1966.
- BOBBIO, N. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. Sobre os problemas políticos da transição. Classe operária e revolução passiva. In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 117-148.
- BUEY, F. F. *Lengua, lenguaje e política en Gramsci*. Disponível em <<http://www.gramsci.org>> Acessado em 31. out. 2001.
- BUTTIGIEG, J. A. L'attualità della riflessione gramsciana sull'americanismo. In: BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi moderni. Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989, p. 92-100.
- COUTINHO, C. N. Por que Gramsci? In: AGGIO, A. (org.) *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 15-36.
- _____. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 189-257.
- DEL ROIO, M. Gramsci e o Ocidente. In: AGGIO, A. (org.) *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998b.
- _____. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998a.
- DIAS, E. F. *Gramsci em Turim. A construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- DI BENEDETTO, D. Americanismo e fordismo em Gramsci. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 16, n. 35, 2001, p. 11-19.
- FINELLI, R. As contradições da subjetividade: americanismo e fordismo em Antonio Gramsci. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/Gramsci>> Acesso em 10 nov. 2002.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2001. 4v.
- _____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. *Obras completas*. Tomo 27. Moscou: Editorial Progreso, [1980].
- LIGUORI, G. Stato e società civile da Marx a Gramsci. In: AAVV. *Marx e Gramsci. Memória e atualittà*. (a cura di Giuseppe Petronio e Marina Paladini Musitelli). Roma: Manifestolibri, 2001, p. 69-79.

MONAL, I. Notas da conferência "Gramsci no mundo de hoje" In: Seminário Internacional Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SILVA, Edilene da Cruz. *Hegemonia e revolução passiva: aspectos do pensamento político de Antonio Gramsci*. Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília-SP, 2003. (Mestrado)

TOCQUEVILLE, A. *La democracia en la America*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

WERNECK VIANNA, L. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. In: _____. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 28-88.